

# A guerra solitária de Peres e Simon

LEONEL ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Peres (PDT-AM) têm, juntos, um século e meio de vida. Cada um acumula mais de 50 anos de atuação política. A última da dupla — que mais parece Dom Quixote de La Mancha e seu fiel escudeiro Sancho Pança na luta contra inexpugnáveis moinhos de vento, na história de Miguel de Cervantes — foi pedir o afastamento do cargo do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), até que seja esclarecido se ele recebeu ou não dinheiro da empreiteira Mendes Júnior para

pagar pensão à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha de três anos.

Na próxima quarta-feira Jefferson de La Mancha e Simon Pança vão exigir a abertura de investigação, pelo Conselho de Ética, para tentar descobrir a origem do dinheiro levado pelo lobista da Mendes Júnior, Cláudio Gontijo, à jornalista a pedido de Renan. Só os dois defendem isso.

Na semana passada, depois da denúncia publicada na revista *Veja* de que as despesas pessoais de Renan teriam sido pagas pelo lobista, o presidente do Congresso disse que tinha convencido

todos os colegas da sua inocência e que somente um, o carrancudo Peres, não estava satisfeito com as desculpas. No dia seguinte, Simon também passou a pregar a licença de Renan do cargo em nome da transparência nas apurações. Ficaram sozinhos.

O que mais preocupa os dois é a desmoralização do Legislativo com as seguidas crises políticas provocadas por envolvimento de parlamentares com crimes de diversas bitolas e outros escândalos, inclusive sexuais. “Minha atitude é impessoal. Tenho as melhores relações com o senador Renan e até votei nele na eleição para a Presidência do Senado. Mas a minha atitude é em defesa da

instituição”, justifica Peres.

Em 2004 foi preciso uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), impetrada pelos dois no Supremo Tribunal Federal (STF), para que a CPI dos Bingos fosse instalada no Congresso. As investigações só começaram em 2005, depois do julgamento do mérito. Descobriu-se com a investigação que o ex-sub-chefe da assessoria parlamentar da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, tinha recebido dinheiro da empresa Gtech para interceder junto à Caixa Econômica Federal e renovar o contrato da empresa com o banco público para administração de loterias.

Jefferson de La Mancha aguarda a votação final de projeto legislativo

que acaba com a ajuda de custo do parlamentar que participar de sessão extraordinária. Outros projetos-senões dele são tornar inelegíveis os condenados ou processados por crime contra a administração pública e o que aumenta em um terço a pena pelo crime.

Simon Pança testemunha algum avanço, mas com pouco resultado. Ele conseguiu aprovar no Congresso a lei que acaba com a licença prévia do Senado ou da Câmara para que o Supremo Tribunal Federal processe parlamentares. Os casos se acumulavam no Congresso. Hoje a fila de processos se acumula no moinho de vento do outro lado da Praça dos Três Poderes, o STF.

